

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VII
PREFÁCIO.....	XI
1. INTRODUÇÃO	1
2. NORMA JURÍDICA	15
2.1 UMA “TEORIA DE TUDO”	15
2.2 SER E DEVER-SER.....	19
2.3 NORMA.....	25
2.4 NORMA JURÍDICA	33
2.5 HOMOGENEIDADE SINTÁTICA DAS NORMAS JURÍDICAS	38
2.6 FORMALIZAÇÃO DA NORMA JURÍDICA	45
2.7 NORMA E SANÇÃO.....	49
2.8 NORMA PRIMÁRIA E NORMA EVENTUAL .	53
2.9 NORMA DE CONDUTA E NORMA DE COMPE- TÊNCIA.....	61
2.10 INVALIDAÇÃO	67
2.11 APLICAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS.....	74
	XV

TEORIA TRILÓGICA DO TRIBUTO

2.12 CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS.....	80
2.13 CIÊNCIA DO DIREITO.....	87
2.14 SÍNTESE DO CAPÍTULO	94
3. NORMA TRIBUTÁRIA	97
3.1 PLANO GERAL.....	97
3.2 DEFINIR, CONCEITUAR OU DAR UMA NOÇÃO DE TRIBUTO?	102
3.2.1 A Constituição conceitua e o CTN define tributo?.....	111
3.3 CONCEITO DE TRIBUTO NO DIREITO E DO DIREITO.....	114
3.4 TIPOS NO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	121
3.4.1 A Constituição tipifica e CTN conceitua tributo?.....	128
3.5 TRIBUTO É REGRA REGULATIVA OU É CONSTITUTIVA?.....	136
4. CONCEITO ESTÁTICO DE TRIBUTO: NORMA DE TRIBUTAÇÃO.....	139
4.1 TRIBUTO COMO NORMA PRIMÁRIA	143
4.2 HIPÓTESE DA NORMA DE TRIBUTAÇÃO ...	148
4.2.1 Licitude	149
4.2.1.1 <i>Licitude: questão relacional</i>	150
4.2.1.2 <i>Licitude: questão distintiva: multa e indenização</i>	151
4.2.1.3 <i>Licitude: tributação dos fatos ilícitos</i>	154
4.2.2 Abstração.....	158

TEORIA TRILÓGICA DO TRIBUTO

4.2.3	Indiferença à volição	162
4.2.4	Descrição abstrata de fato econômico	165
4.2.5	Sujeito, verbo e complemento	172
4.2.6	Tempo e espaço.....	178
4.2.6.1	<i>Tempo</i>	180
4.2.6.2	<i>Espaço</i>	186
4.3	CONSEQUÊNCIA DA NORMA DE TRIBUTAÇÃO	193
4.3.1	Obrigação de dar	193
4.3.1.1	<i>O que se deve dar</i>	197
4.3.1.2	<i>Quanto se deve dar</i>	201
4.3.2	Quem deve dar a quem.....	210
4.3.2.1	<i>Sujeito ativo</i>	211
4.3.2.2	<i>Sujeito passivo</i>	216
4.3.3	Onde e quando	222
4.4	CONCEITO ESTÁTICO DE TRIBUTO	224
5.	CONCEITO DINÂMICO DE TRIBUTO.....	235
5.1	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	238
5.1.1	Hipótese da norma de competência tributária	240
5.1.1.1	<i>Equívocos da doutrina</i>	243
5.1.2	Consequência da norma de competência tributária	246
5.1.2.1	<i>Modalização da conduta devida</i>	247
5.1.2.1.1	<i>Facultatividade</i>	248
5.1.2.1.2	<i>“Ter de”</i>	252
5.1.2.2	<i>Sentido da conduta</i>	254

TEORIA TRILÓGICA DO TRIBUTO

5.1.2.2.1	<i>Competência e imunidade</i>	255
5.1.2.2.2	<i>Enumerabilidade e competência residual</i>	258
5.1.2.2.3	<i>Inalterabilidade</i>	260
5.1.2.2.4	<i>Procedimento</i>	264
5.1.2.3	<i>Sujeito</i>	266
5.1.2.3.1	<i>Privatividade</i>	268
5.1.2.3.2	<i>“Indelegabilidade”</i>	272
5.1.2.3.3	<i>Irrenunciabilidade</i>	275
5.1.2.4	<i>Tempo e espaço</i>	277
5.1.2.4.1	<i>“Incaducabilidade”</i>	278
5.1.3	<i>Distinção entre tributo e contrato</i>	279
5.1.4	<i>Conceito dinâmico de tributo: norma de competência</i>	282
5.2	LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	286
5.2.1	<i>Lançamento tributário como norma jurídica</i>	288
5.2.1.1	<i>Ato ou procedimento</i>	289
5.2.1.2	<i>Declaratória ou constitutiva</i>	291
5.2.2	<i>Contingência da norma de lançamento tributário</i>	293
5.2.3	<i>Fiscalização</i>	297
5.2.4	<i>Ordenamentos que exigem lançamento tributário</i>	302
5.2.4.1	<i>Norma de tributação lida como norma de competência</i>	303
5.2.4.2	<i>Obrigação de lançar</i>	306
5.2.4.2.1	<i>Decadência e prescrição</i>	308

TEORIA TRILÓGICA DO TRIBUTO

5.2.4.3 <i>Procedimento para lançar</i>	310
5.2.4.4 <i>Sujeitos competentes para lançar</i> ..	311
5.2.4.4.1 <i>Autolançamento</i>	313
5.2.4.4.1.1 <i>Homologação e não homologação</i>	318
5.2.4.4.2 <i>Alolançamento</i>	323
5.2.5 <i>Conceito dinâmico de tributo: norma de lançamento</i>	326
5.3 “NORMA INTRODUTORA” E “NORMA INTRODUZIDA”	329
6. UM, DOIS, TRÊS	333
REFERÊNCIAS	337